ISSN: 2358-8829

POLÍTICA PÚBLICA DE DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA NA EJA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Luciana Bandeira Barcelos [1]

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta resultados parciais de revisão de literatura em curso, de abordagem quantiqualitativa, realizada no âmbito de pesquisa em andamento, desenvolvida coletivamente por pesquisadores do Grupo de Pesquisa CNPq Educação de Jovens e Adultos e Políticas: financiamento, gestão, controle social, por mim coordenado, considerando, para tanto, as produções que demarcam como objeto de investigação os processos relacionados à descentralização financeira, a gestão democrática, a participação e ao exercício do controle social em escolas públicas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA).

A pesquisa em referência tem por objetivo principal compreender efeitos de políticas públicas de descentralização financeira em unidades escolares municipais e estaduais existentes na cidade do Rio de Janeiro que ofertam a modalidade EJA, e intenciona investigar práticas de participação, de gestão democrática e controle social para gerir financeiramente as unidades, nos termos legais que regulam o financiamento, visando compreender como acontece a gestão de recursos no cotidiano escolar, envolvendo o público que atendem — pessoas jovens, adultas e idosas, cidadãos, segundo a Constituição Federal de 1988 (CF1988).

A CF 1988, ao assumir a forma jurídica de Estado de Direito, configura uma modalidade de governo na qual o "[...] poder e a responsabilidade cívica são exercidos por todos os cidadãos, diretamente ou através dos seus representantes livremente eleitos" (Scuassante, 2009, p. 1), e impõe à sociedade um desafio, na tentativa de levar a termo o que preceitua o texto constitucional. Esse desafio, expresso pela participação, um princípio constitucional, tem seus fundamentos no *caput* do Artigo 1º, e pode ser

[1] Doutora em Educação. Professora Adjunta no Departamento de Estudos da Educação Inclusiva e Continuada – Área de Educação de Jovens e Adultos, Faculdade de Educação (Edu/UERJ) e no Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd/UERJ). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).lubbarcelosrj@gmail.com.

considerada a base para exercício do controle social. Participando da vida pública, ou seja, exercendo a cidadania, pessoas também exercem controle social e vice-versa.

O controle social de recursos para a educação, preceituado no Art. 205 da CF 1988, é exigível quando se trata de financiamento público, e impõe compreendê-lo como direito público subjetivo, à semelhança do direito à educação. Não se trata de relacionar-se à fiscalização de uma política em curso, mas principalmente de comprometer o exercício da cidadania na intervenção de processos de gestão financeira realizadas no âmbito escolar.

Este controle social relaciona-se diretamente à participação nos espaços escolares, especialmente de gestores, professores, estudantes e demais membros da comunidade escolar — estes também sujeitos jovens, adultos e idosos, em condições de exercer a cidadania e deveres a ela associados —, em modalidade de ensino com especificidades e singularidades necessariamente consideradas quando da formulação e implementação de políticas públicas. (XXXX, 2018).

Para cumprir a LDBEN n. 9.394/1996, o Art. 14 define a participação da comunidade por meio de conselhos escolares e equivalentes, e reafirma no Art. 22 as finalidades da educação básica; no Art. 15, preceitua a garantia de graus progressivos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira às escolas públicas de educação básica no país.

Nesse sentido, os objetivos da investigação proposta incluem verificar se e como esse público realiza o controle social de recursos destinados à educação, e de quaisquer outros que possam emergir durante o estudo, especialmente tratando de singularidades do público a que atendem.

Organiza-se como investigação de natureza quantiqualitativa, conforme defende Goldenberg (2011, p. 62) que subsidiou a escolha feita:

> A pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ela não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos.

E pretende alcançar escolas cujos critérios de seleção serão definidos posteriormente, a partir de dados do IBGE sobre demanda potencial de EJA; dados do censo escolar e georreferenciais.

ISSN: 2358-8829

A questão-síntese da pesquisa pode ser assim traduzida: que impactos, políticas públicas de descentralização financeira produzem em unidades escolares de EJA, no tocante à autonomia escolar e a condições de oferta de escolarização para jovens, adultos e idosos?

Fundamentado nesta perspectiva, utilizamos a revisão de literatura como recurso de investigação, pressupondo construir um panorama sobre a pesquisa na área, identificando o que já fora produzido e como o fora.

Para dar conta de nossa proposta, realizamos uma revisão de literatura, de cunho narrativo, ancorada nos aportes teórico-metodológicos quantitativo/qualitativo, na qual analisamos e interpretamos produções encontradas a partir dos termos: educação, controle social e financiamento; educação, participação e financiamento; educação e gestão financeira; educação e descentralização financeira; educação e recursos financeiros descentralizados; educação e conselho escolar e educação e conselho escola comunidade, utilizados no processo de coleta de dados.

Observamos, conforme o evoluir da revisão de literatura, que os estudos que se debruçam a compreender essa temática são poucos, mais ainda quando se faz o recorte da EJA. Deste modo, entendemos que ainda há um campo de investigação a ser explorado por pesquisadores da área. E que a pesquisa, que não se limita à análise normativa do financiamento, pode contribuir para o campo ao possibilitar discussões sobre democracia participativa e gestão pública, produzindo um diálogo fecundo entre financiamento educacional, cultura política e formação cidadã.

Nosso desafio então, tem sido sintetizar os achados em termos de produções sobre a temática investigada, para, a partir do que se produziu até o momento, melhor compreender as concepções que fundamentam este campo de pesquisa.

METODOLOGIA

Iniciamos o processo de revisão de literatura a partir dos conceitos principais em torno dos quais se organiza nossa investigação: participação, controle social, além de buscar estudos referentes aos temas afins, a saber: financiamento da educação, descentralização financeira e gestão democrática, além de buscarmos especificamente por produções relacionadas aos órgãos de participação e controle social previamente identificados no âmbito das redes investigadas.

ISSN: 2358-8829

A pesquisa de caráter exploratório, orientou-se por uma abordagem quantitativa/qualitativa. Fundamentado nesta perspectiva, utilizamos a bibliografia como recurso de investigação pressupondo construir um panorama sobre a pesquisa na área, identificando o que já fora produzido e como o fora tentando compreender por onde seguem as pesquisas na temática investigada, especialmente no campo da EJA.

Neste primeiro levantamento, optamos por utilizar a palavra Educação, em lugar de EJA para garantir uma maior abrangência na busca e a possibilidade de localizar produções que ainda que não diretamente relacionadas ao campo da EJA pudessem subsidiar a investigação.

Nas palavras de Cervo; Bervian (2005), a produção deste tipo de pesquisa tem sua relevância para o campo científico ao apresentar à comunidade acadêmica as "[...] contribuições culturais ou científicas existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema" (p.65).

O levantamento, realizado em formato de revisão narrativa, compreendeu o período de 2019 até 2025. Abrangeu artigos, capítulos de livros, teses e dissertações. Não esgotou as fontes de informações disponíveis, mas balizou o estudo realizado nesta investigação.

Teve início nas bases de dados Portal de Periódicos da CAPES, Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES e Scientific Electronic Library Online – SciELO, por serem importantes repositórios de produções científicas na área da Educação e das Ciências Humanas, a partir dos termos: "educação" and "controle social" and "financiamento" ; "educação" and "participação" and "financiamento"; "educação" and "gestão financeira"; "educação" and "descentralização financeira"; "educação" and "recursos financeiros descentralizados"; "educação" and "conselho escolar"; "educação" and "conselho escola comunidade".

Foi organizada em cinco etapas, que descrevemos a seguir, realizada em dupla:

A primeira etapa de seleção consistiu na pesquisa dos termos definidos, aplicando os filtros disponíveis nas bases de dados selecionadas:

No Portal de Periódicos da CAPES os filtros utilizados foram: Escopo da busca: Periódicos; Acesso: aberto; Tipo do recurso: Artigo, revisão, capítulo de livro; Tipo de base de dados: todos; Tipo de base de dados: Ano de criação: 2019 a 2025; Produção nacional: Sim; Revisado por pares: Sim; Áreas: Ciências Humanas/Ciências Sociais Aplicadas; Idioma: Português; Editores: todos.

ISSN: 2358-8829

No Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES: Tipo: Mestrado ou doutorado; Ano: 2019 a 2025; Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas/Ciências Sociais Aplicadas; Área Conhecimento: Educação, Educação de Adultos, Educação de Jovens e Adultos, Ciências humanas; Área Concentração: Educação, Educação de Adultos, Ciências humanas.

E no Scientific Electronic Library Online – SciELO, utilizamos os descritores: Coleções: Brasil; Periódico: Todos; Idioma: Português; Ano de publicação: 2019 a 2025; Áreas temáticas: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas; Citáveis e não citáveis: Todos; tipos de literatura: Artigo, artigo de revisão, relato de caso, artigo comentário.

Este primeiro levantamento rendeu uma extensa relação de artigos e textos os mais diversos. Neste processo, juntamos e contabilizamos os trabalhos localizados nas diferentes frentes de busca.

A segunda etapa consistiu na pesquisa a partir dos títulos dos trabalhos, excluindo-se aqueles cujos títulos delimitavam ou particularizavam seu objeto e o dissociavam da pesquisa em pauta. Duas listagens foram elaboradas: a) trabalhos previamente selecionados; b) trabalhos descartados. Entre os descartados, e mesmo entre os que foram selecionados, muitos não tratavam da EJA nas temáticas pesquisadas, dado que consideramos relevante para pesquisadores da área.

Na terceira etapa adotamos a leitura exploratória dos resumos dos trabalhos o que nos possibilitou uma compreensão para além do que o título proporciona à primeira vista. Cuidamos de rever a listagem de trabalhos selecionados, excluindo os remanescentes não diretamente relacionados à pesquisa em pauta, redistribuindo os trabalhos entre os termos correspondentes e excluindo duplicidades e reorganizando subcategorias dos selecionados para análise de cada termo.

Na quarta etapa listamos os trabalhos selecionados na 3ª etapa iniciamos a leitura e análise dos textos encontrados, aprofundando conceitos e ideias e permitindo-nos compreender o intento inicial de cada autor, as inquietações que os conduziram à escolha do objeto de estudo, os objetivos, as estratégias metodológicas, e os referenciais teóricos que embasaram suas produções, visando a construção de sínteses prévias, para a elaboração de quadro descritivo final, que deverá compor o corpo da pesquisa, com dados de autoria dos trabalhos selecionados, tipo de trabalho, temática pesquisada, metodologia utilizada e resultados obtidos, que vem a ser a quinta etapa da revisão.

Na quinta etapa, ainda em curso, cada dupla de pesquisadores indicou um texto para leitura e discussão coletiva no GP. Após leitura e discussão, será produzido um texto finl sobre o que já foi escrito sobre o tema da pesquisa em pauta, situando as discussões da área e possíveis aproximações/distanciamentos e lacunas em relação à pesquisa em pauta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho, apresentamos o resultado das etapas iniciais da revisão em curso, da qual resultaram três quadros com dados quantitativos referentes as produções encontradas.

Quadro 1 – Resultado 1ª etapa da revisão de literatura

1ª etapa – Pesquisa dos termos definidos, aplicando os filtros disponíveis no banco de dados, considerados relevantes para a seleção proposta							
Termos pesquisados Filtros utilizados	"educação" and "controle social" and "financiamento"	"educação" and "participação" and "financiamento"	"educação" and "gestão financeira"	"educação" and "descentralização financeira"	"educação" and "recursos financeiros descentralizados"	"educação" and "conselho escolar"	"educação" and "conselho escola comunidade"
Nº de trabalhos selecionados	87	246	861	43	10	650	166

Fonte: elaboração dos autores,2026.

Quadro 2 – Resultado 2ª etapa da revisão de literatura

2ª etapa – Pesquisa visual, a partir dos títulos dos trabalhos resultantes da 1ª etapa, excluindo-se aqueles cujos títulos delimitam/particularizam seu objeto de pesquisa e o dissociam da pesquisa em pauta, com elaboração de duas listagens: trabalhos selecionados e descartados							
Termos pesquisados Filtros utilizados	"educação" and "controle social" and "financiamento"	"educação" and "participação" and "financiamento"	"educação" and "gestão financeira"	"educação" and "descentralização financeira"	"educação" and "recursos financeiros descentralizados"	"educação" and "conselho escolar"	"educação" and "conselho escola comunidade"
Nº de trabalhos selecionados	7	8	7	5	2	22	5

Fonte: elaboração dos autores,2026.

ISSN: 2358-8829

Quadro 3 – Resultado 3ª etapa da revisão de literatura

3ª etapa – Leitura exploratória dos resumos e revisão da listagem de trabalhos selecionados na 2ª etapa, exclusão de trabalhos não relacionados à pesquisa em pauta, redistribuição dos trabalhos entre os termos correspondentes, e exclusão de duplicidades							
Termos pesquisados Filtros utilizados	"educação" and "controle social" and "financiamento"	"educação" and "participação" and "financiamento"	"educação" and "gestão financeira"	"educação" and "descentralização financeira"	"educação" and "recursos financeiros descentralizados"	"educação" and "conselho escolar"	"educação" and "conselho escola comunidade"
Nº de trabalhos selecionados	7	7	6	5	1	19	5

Fonte: elaboração dos autores,2026.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das produções relacionados aos termos educação, controle social e financiamento; educação, participação e financiamento; educação e gestão financeira; educação e descentralização financeira; educação e recursos financeiros descentralizados; educação e conselho escolar e educação e conselho escola comunidade, utilizados no processo de revisão, permitiu-nos traçar um breve panorama sobre essas produções científicas no Brasil.

Observou-se, conforme o evoluir da revisão de literatura, que os estudos que se debruçam a compreender essa temática, ainda são poucos, quando comparado a outras temáticas relativas à educação. E mais ainda quando se faz o recorte mais específico da EJA.

Deste modo, entendemos que ainda há um campo de investigação a ser explorado pelos pesquisadores da área. E que nossa pesquisa, que não se limita à análise normativa do financiamento, mas busca compreender como as políticas públicas se materializam no cotidiano escolar, especialmente nas práticas de participação, gestão e controle social, pode contribuir para o campo de pesquisa ao possibilitar discussões sobre democracia participativa e gestão pública, produzindo um diálogo fecundo entre financiamento educacional, cultura política e formação cidadã.

Palavras-chave: Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Política pública de descentralização financeira, Gestão democrática, Participação, Controle social.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Luciana Bandeira. *Participação e controle social na gestão financeira de Centros de Educação de Jovens e Adultos no Rio de Janeiro*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out.1988. Seção1, p.1.

BRASIL. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SCUASSANTE, Priscyla Mathias. A participação popular, prevista na Constituição Federal de 1988, garante efetivamente a realização do Estado Democrático de Direito? Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br. Acesso em 7 ago. 2013.